ATA DA XVII REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS CONTAS, DATA: 11/06/2015. LOCAL: Auditório do Clube de Diretores Lojistas de Ubaitaba - CDL, localizado na Avenida Valter Passos s/n, bairro da Conceição, município de Ubaitaba/BA. **PRESIDÊNCIA**: Aurelino Barros Meira; **RELATORIA:** Secretário ad hoc a Sr. Maurílio Fernandes Neto, em função da ausência da secretária do comitê a Sr.ª Suleny Nunes Ribeiro. **ABERTURA:** Abertura da reunião com composição da mesa solene: Presidente Sr. Aurelino Barros Meira; Secretário *ad hoc* Maurílio Fernandes Neto, Sr. Maurício de Carvalho Costa, Secretário de Meio Ambiente do Município de Ubaitaba e o Sr. Bemaim Correia Dias, Secretário de Administração do Município de Ubaitaba. O Sr. presidente, declarou instalada a Mesa Diretora do CBHRC para a XVII Reunião Plenária Ordinária do CBHRC, e passou a leitura e aprovação da pauta. **PAUTA**: Aos 11 dias do mês de junho de dois mil e quinze, aprovou-se a seguinte Pauta: **I.** Abertura da sessão com a composição da mesa e verificação de quórum; **II.** Leitura e aprovação da ata da reunião plenária ordinária realizada em 09/04/15 na cidade de Jequié; **III.** Informes e comunicados; **IV.** Deliberação do procedimento de preenchimento e complementação das vacâncias, resultante do processo de renovação do CBHRC, ocorrido no dia 20 de novembro de 2012; **V.** Debate e deliberação sobre a problemática da porção média do rio das Contas, gerada pelas plantas aquáticas (***eichhornia crassipes***, nomes populares: Aguapé, Baronesa); **VI.** Informação sobre andamento do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio das Contas – com a presença do INEMA; **VII.** Apresentação e interação do ZEE - Zoneamento Ecológico Econômico do Estado da Bahia (ZEE-BA) na bacia hidrográfica do Rio das Contas, com relação aos recursos hídricos - com a presença da SEMA; **VIII.** Apresentação do projeto produtor de água do Rio Oricó, experiência sucedida no município de Ibirapitanga/BA, através da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente; **IX**. Encaminhamentos; **X.** Conclusão dos trabalhos e encerramento. Iniciou-se a reunião com a verificação do quórum e aprovação da pauta, sendo que a reunião contou com a presença de 11(onze) membros titulares e 01 (um) membro suplente, conforme lista de presença (anexo). Sendo constatada a existência de quórum para realização da plenária o presidente do comitê convidou a representante da EMBASA a Sra. Alvina Maria Barreto Farias e solicitou que ela fizesse a leitura da Ata da reunião plenária ordinária ocorrida em nove de abril de dois e quinze na cidade de Jequié. Em seguida o presidente, passou a palavra aos membros da mesa. Começou fazendo uso da palavra o Sr. Maurício de Carvalho Costa, representante da Secretaria de Meio Ambiente de Ubaitaba, que saudou a mesa e deu as boas vindas aos presentes, disse que a reunião do Conselho Municipal de Meio Ambiente acontece toda primeira quinta-feira do mês e que foi transferido excepcionalmente para hoje para que a reunião do comitê ocorresse dentro da reunião do Conselho Municipal do Meio Ambiente, logo em seguida lamentou a pouca participação da comunidade local nessas reuniões, principalmente na de hoje que vai tratar de um tema tão importante que é o Rio das Contas. Em seguida Sr. Bemaim Correia Dias, Secretário de Administração de Ubaitaba, representando o prefeito de Ubaitaba deu boas vindas aos presentes e disse que o município de Ubaitaba está inserido no contexto do rio das Contas e que tem dado todo apoio as ações da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, pediu então a todos que se sentisse a vontade para trabalhar esse tema tão importante para a cidade. Em seguida Maurilio Fernandes Neto, representante do INEMA, falou que era uma honra fazer essa plenária em Ubaitaba, que o comitê vem fazendo de forma itinerante suas reuniões para discutir as questões de Recursos Hídricos na Bacia do Rio das Contas, relatou que foi feita uma reunião em Itacaré no ano passando para discutir a questão das Baronesas, mas como não houve quórum, a discussão ficou para essa reunião, comentou ainda sobre a área de abrangência do comitê dizendo que é uma área muito grande e que envolve vários municípios indo desde Piatã que é a nascente até sua foz em Itacaré, finaliza reforçando que o comitê esta voltado para questões de

gestão de água na bacia e que espera no decorrer da reunião propostas para melhorar a gestão de águas na bacia. Em seguida o Sr.° Aurelino Barros Meira desfez a mesa e informou que a reunião do comitê era em conjunto como a do Conselho Municipal de Meio Ambiente e que haveria oportunidade de se debater, e que aqui as pessoas teriam o momento de colocar suas opiniões. Em seguida, o presidente do comitê entrou no **II ponto da pauta - leitura e aprovação da ata da reunião plenária ordinária realizada em 09/04/15 na cidade de Jequié,** colocando em votação a ata lida anteriormente pela Sr.ª Alvina. Antes da aprovação, o presidente do comitê perguntou aos membros se havia alguma ressalva a ser feita na ata lida por Alvina. O Sr.° Nilton Barros Pires representante da Associação Comunitária do Distrito de Boaçu (Jequié) comentou que quando teve a reunião do comitê no CRIAR, foi feita a apresentação pelo preposto do plano de bacia que as oficinas não deram o resultado esperado por conta da mobilização e a intervenção dele (Nilton) foi no sentido que se fizesse novas oficinas e que a ata lida estava com a redação um pouco diferente do que ele falou. Não tendo mais ressalvas a ata foi aprovada por todos os membros presentes. Na sequência o Sr.° Aurelino entrou no **III ponto da pauta - informes e comunicados** começando pela a leitura das correspondências com as justificativas de ausências dos membros faltosos do comitê, conforme nominados: Rosivaldo Romão da Silva (ADIB) e Pedro Antônio de Oliveira Lima (DNOCS) faltaram por motivos pessoais, o Sr.° José Ângelo De-Gino Santana (Prefeitura de Maracás) faltou por estar executando outras atividades do município, o Sr.° Carlos Lorenzo (Vanádio de Maracás) faltou por estar executando atividades ligadas ao meio ambiente, o Sr.° José Carlos Oliveira Moreira (Prefeitura de Manoel Vitorino) faltou por motivo de trabalho, o Sr.° Frederico Maciel de Carvalho Neves (Prefeitura de Brumado) faltou em função de programação de aniversário do seu município, o Sr. Jonatas Meira (Associação de Planalto Ires) faltou por motivo de saúde, o Sr. Ronaldo Luiz (Pescadores) faltou por motivo particulares e o Sr. Gerson Gomes (Pequeno Usuário) faltou por motivo de trabalho. Continuando, o presidente do comitê leu o convite do Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (IDAN) informando e convidando a todos para participar da segunda jornada do semiárido sustentável que será realizada nos dia 16, 17 e 18 de julho de 2015 no povoado de Pombas no município de Manoel Vitorino, na sequencia cedeu à palavra para o Prof. Ricardo Jucá Chaves fazer a leitura do manifesto "carta da cachoeirinha", elaborado por professores da UESB a partir dos saberes dos pescadores e moradores do povoado da Cachoeirinha, Jequié/BA, vivenciados, principalmente, por meio das atividades pesqueiras no rio das Contas. Os conhecimentos sistematizados foram obtidos a partir de um projeto de pesquisa da UESB – campus de Jequié intitulado: Os peixes e a arte da pesca no povoado da Cachoeirinha: subsídios da etnoictiologia para uma ação de educação ambiental. Preocupados com a alarmante situação do Rio das Contas, pescadores, moradores e pesquisadores. Continuando com os informes, Domingos Ailton Ribeiro de Carvalho falou da sua participação da semana da Mata Atlântica em Porto Seguro e do compromisso assumido para lutar na Região do Médio Rio das Contas pela construção dos Planos Municipais da Mata Atlântica, planos que visam a proteção das remanescentes da Mata Atlântica, bem como a restauração, falou ainda que o GERC (grupo ecológico rio das contas) vai realizar um evento em conjunto com o Colegiado do Médio Rio das Contas para discutir o assunto. Destacou a importante a participação no evento dos municípios que fazem parte do Médio Rio das Contas, e alertou que a mata atlântica tido sido devastada e que hoje possui menos de 7%, sendo a Bahia o 2° Estado que mais devasta, perdendo apenas para o Piauí, disse ainda que na semana do meio ambiente o GERC fez a campanha "sem árvore não há água" e "plante uma árvore nativa", comentou também que durante a semana da mata atlântica foi aprovado um "movimento" para conscientizar sobre a importância do Cadastro Ambiental Rural (CAR) que já estar atrasado e foi prorrogado por mais um ano, disse ainda que a região precisa fazer um esforço muito grande. Aproveitando o

momento, pediu apoio para construção da própria do GERC, já que o grupo ecológico ainda não tem sua sede própria, disse ainda que o material usado na construção será reciclável e sustentável e finalizou informando que estava vendendo bilhetes de um balaio que seria sorteado no valor de R$ 10,00 (dez reais). Dando seguimento, Aurelino pergunta para a plenária se havia mais algum informe a ser dado, como não houve resposta à solicitação, iniciou-se então a leitura sequenciada dos ofícios recebidos e encaminhados pelo comitê. O primeiro oficio lido foi de N° 225/2014 da ANA em resposta a Deliberação n° 19/2014 do comitê - que trata sobre a construção das barragens no rio Gritador e riacho de Pedras no município de Piatã - a ANA informa que o tema não é de sua competência, pois o rio é estadual, na sequencia foi lido o oficio 1695/15 do MP de Vitória da Conquista convidando o comitê para participar de uma reunião entre INEMA, EMBASA e outros órgãos públicos em Barra do Choça para discutir a formação de um subcomitê do Rio Catolé afluente do Rio Pardo, também foi lido o oficio circular encaminhado ao comitê em 13.04.15 pelas Comunidades do Médio Rio das Contas solicitando que a CHESF não aumentasse a vazão de 4 para 6 m^3/s, continuando informou que o MP de Vitória da Conquista convidou novamente o comitê para participar de outra reunião em 14.05.15 para tratar novamente desse subcomitê de Barra do Choça, leu mais um oficio do MP de Vitoria da Conquista informando sobre o procedimento e arquivamento da questão da vazão na barragem de Pedras, comunicou também o recebimento de uma oficio da Empresa Itaguarana que produz cimento em Tanhaçu informando que foi instituída a Comissão de Acompanhamento e solicitando a indicação do representante do comitê, continuando o presidente do comitê informou o envio dos seguintes ofícios: oficio N° 006/2015 para o INEMA com o dossiê 2012/2014 endereçado ao Sr. Bruno Jardim, Diretor de Águas; o oficio N° 007/2015 para o PA de Jequié solicitando espaço para reunião de alocação de água; o oficio N° 008/2015 para a Vanádio de Maracás endereçado a "comissão de acompanhamento" indicando o Sr. Leonardo Brito Pires como suplente da referida comissão; o ofício N° 009/2015 para a INEMA/CODIS solicitando ajuda de custo para as reuniões de Alocação de Água, os ofícios N° 010 e 011/2015 com o mesmo conteúdo do oficio 009/2015 para Diretoria Geral do INEMA; o oficio N° 012/2015 encaminhado para o Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade – ICMBio, indicando Jonatas Silva Meira e Rita de Cássia Silva Braga como representante do comitê no ICMBio; o oficio n° 013/2015 para a Empresa Itaguarana indicando como titular Adalberto Marcos de Oliveira e suplente Aurelino Barros Meira e finalizando o oficio N° 014/2015 endereçado ao Fórum Baiano de Comitês de Bacia, indicando os membros do comitê Leonardo Brito Pires como suplente da Organização Civil de Recursos Hídricos, Pedro Antônio de Oliveira Lima (DNOCS) como suplente do Poder Público e como suplente dos usuários Manoel Castro San Martin (CHESF), dando continuidade Aurelino informou sobre as deliberação que aprovou o calendário e também da deliberação que destituiu o Frigorifico de Estivas de Jequié - Frijel por não cumprir o art. 42° do regimento interno do comitê, em seguida falou das quatro reuniões para Alocação de Água nos reservatórios da Barragem de Pedras, Barragem de Luiz Vieira e Riacho do Paulo, Açude de Truvisco e Açude de Anagé, sendo essas reuniões uma parceria entre o COMITÊ a ANA e o INEMA e que ao final resultou em quatro Termos de Alocação de Água, informou ainda que nesses reservatórios existem conflitos pelo uso da água e que foi uma maratona muito grande para a realização desse trabalho, em sequencia, informou sobre uma publicação no Diário Oficial do Estado em que prorrogou o mandato até dezembro de 2016 dos comitês de bacia hidrográfica dos rios Peruípe, Itanhém e Jucuruçu por questões de mandato vencido. Dando seguimento a reunião, após os informes e comunicados, o Sr. Aurelino fez a leitura do **IV ponto da pauta** que é a **deliberação do procedimento de preenchimento e complementação das vacâncias, resultante do processo de renovação do CBHRC, ocorrido no dia 20 de novembro de 2012**, informando que em todas as reuniões enquanto houver

vacância esse tema será ponto de pauta, e se alguém da plenária tiver interesse é só se manifestar, em seguida fez a leitura das vagas existentes, sendo **três vagas** de titulares e **três** de suplentes para Povos e Comunidades Tradicionais; **uma vaga** de suplente para ONG e ORCIP; **uma vaga** de titular e outra de suplente para lazer/turismo/esporte; **duas vagas** de titular para indústria e mineração e **três suplência** para a mesma categoria e **uma vaga** de suplente para o abastecimento humano e hidroeletricidade. Logo após a leitura das vagas, o Sr. Nilton Barros solicitou esclarecimento sobre o comunicado das comunidades do Médio Rio das Contas, já que ficou na dúvida sobre o pedido da comunidade para a CHESF, questionando se era para aumentar a defluência da barragem de Pedras, sendo informado em seguida por Aurelino que o comunicado estava pedindo para a CHESF não aumentar a vazão de 4 m^3/s para 6m^3/s e que na realidade a CHESF não estava querendo aumentar a vazão e sim voltar a defluência normal que é de 6m^3/s, só que a até momento ANA não autorizou. Não havendo manifestação pelo preenchimento das vacâncias, foi dado seguimento a reunião, com o Sr. Aurelino entrando no **V ponto da pauta** que é o "**debate e deliberação sobre a problemática da porção média do rio das Contas, gerada pelas plantas aquáticas**" onde informou que esse é o terceiro debate que o comitê faz sobre a problemática das plantas aquáticas na porção baixa do Rio das Contas, que vai desde Jequié até Itacaré, falou ainda que na porção média e alta não tem esse problema, que o problema na média e alta é a falta d'água e de que Jequié a Itacaré o problema é essa questão das baronesas, fez ainda um breve relato do histórico das discussões que envolveram as plantas aquáticas, afirmando que começou no ano passado primeiro em Ubatã onde não foi finalizada a discussão, sendo então a discussão levada para o município de Itacaré, entretanto vários municípios entre 16 a 18 que estão ao longo do rio formam convidados, mas não compareceram apenas Itacaré e Ubaitaba estavam presentes, informou também que a CHESF atendeu o convite e compareceu a reunião, no entanto o INEMA, a EMBASA, o IBAMA, o Ministério Público Estadual, o Ministério Público Federal foram todos convidados, mas não compareceram, complementou dizendo que o tema foi debatido na reunião, no entanto não houve quórum para deliberação do comitê, concluindo disse que ficou acerado que na próxima reunião o comitê iria deliberar sobre esse assunto. Para abrir o debate, passou a palavra o Sr. Maurício de Carvalho Costa, Secretário de Meio Ambiente de Ubaitaba, que começou dizendo que não era uma apresentação, e sim um depoimento, e que participou da discussão das baronesas em Itacaré, é notório, é fato, que a discussão em Itacaré foi muito boa, aquecida e que na ocasião se falou muito da culpabilidade da barragem de funil, e que a barragem tá dentro da área de influencia do município, e que Secretaria de Meio Ambiente tem feito monitoramento no lago da barragem e que o acúmulo de baronesas é enorme, e por ser Ubaitaba, Itacaré e Marau municípios que ficam perto da foz tem recebido o "*caldo grosso*" dos outros munícipios da bacia, com isso tem visto a decadência do rio não só por causa das baronesas, ressalta que tem feito limpeza do rio, embora saiba que o trabalho de limpeza atua na consequência e não na solução do problema, e que a limpeza tem causado ônus para o município, já que o dinheiro vai para um buraco a baixo, mesmo sabendo que a retirada das baronesas melhora o aspecto degradante do rio e que a limpeza contribui para a prática do esporte de canoagem, reforça dizendo que Ubaitaba tem campões brasileiros e mundial de canoagem, diz que entende que a baronesa no seu ciclo natural não causa problema, e que a questão mesmo é o desequilíbrio, falou ainda que não se deve culpar só a CHESF, pois tem a questão dos esgotos municipais que não são tratados e que fomenta a proliferação das baronesas, disse ainda que embora louve o trabalho do comitê tem se mostrado cético em relação a solução do problema a curto prazo, já que vai chegar num ponto em que o rio não vai ter vazão para fazer a autolimpeza e que essa discursão sobre macrófitas vem se arrastando desde 2002, afirma que já teve varias reuniões e que a CHESF se propôs a ajudar mas não vê iniciativa, propõe então trabalhar uma solução que talvez não esteja aqui pra vê o

resultado, já que tudo que tem acontecido tem a vê também com as mudanças climáticas, como a falta de chuva, como a falta de água, diz que o fluxo do rio estar muito baixo e que a sociedade tem feito pressão por causa desses questões, diz ainda que não acredita uma solução para o problema de forma isolada e que o rio não estar mais suportando e não consegue se renovar, lembrou que a última cheia limpou tudo, mas voltou tudo novamente, encerra pedindo que o comitê delibere com agilidade esse problema já que o foco da reunião é isso. Na sequência, antes de iniciar o próximo palestrante, o presidente do comitê Aurelino fez um esclarecimento do papel do comitê, dizendo que o comitê tem limitações, não tendo poder de policiamento como o INEMA e IBAMA, não tendo poder de limpeza e tratamento de água como a EMBASA, e que o comitê é um fórum com poder para deliberar assuntos de Recursos Hídricos e encaminhar para os órgãos competentes que fazem a Gestão das Águas, afirma ainda que o comitê não pode ficar omisso a esse assunto. Em seguida, o Sr. José Carlos L. Almeida da Associação Cacaueira de Canoagem (ACC) e membro do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Ubaitaba parabenizou a secretaria do meio ambiente e o comitê de bacia por essa reunião muito oportuna, disse que a ACC atua há 30 anos e tem dez modalidades esportivas, com vários atletas campões mundiais, diz que foi Secretario de Saúde no Município e que o índice de esquistossomose é altíssimo e que o município já perdeu várias pessoas por causa dessa doença, relatou que o prefeito na época conseguiu junto ao Ministério do Meio Ambiente um recurso de duzentos e poucos mil para um projeto de melhoria sanitária no município, falou ainda que o esgotamento de Ubaitaba vem se arrastando e que quando Afonso Floresce esteve a frente da SEDUR pediu para que o município que tivesse projeto pronto levasse para ser aprovado, falou que a prefeitura gastou R$ 16 mil para adequar o projeto como a EMBASA queria, no entanto não foi aprovado, apesar do município de Ubaitaba ser o primeiro a entregar o projeto, ao final se referiu a questões politicas para não aprovação e que Itacaré conseguiu pelo Estado e Ipiaú pela Caixa Econômica, continuando falou que já participou de várias reuniões da CHESF e que a sede é em Recife e que lá ela investe em esporte, cultura e outra coisas, mas aqui não vê ações da CHESF em relação as baronesas, e que várias vezes pediu apoio para modalidades esportivas, e que a CHESF dá alguma coisa, mas é muito pouco, falou que a cheia de março trouxe muitas baronesas e que é necessário uma solução, afirma ainda que o município não tem condições de fazer a limpeza, mesmo colocando dois ou três funcionários para limpar quando começa a proliferação, lembrou que a baronesas atrapalha o esporte e que provoca fedentina, pedindo em seguida soluções concretas, e finaliza clamando ao comitê a **dar uma solução para os projetos de esgotamento sanitários dos municípios**. Dando seguimento, Domingos Ailton do GERC atribuía a proliferação das baronesas a questão da poluição dos esgotos, e diz que em Jequié a prefeitura tem permitido construções irregulares na área de preservação permanente – APP do Rio das Contas e que as construções lançam diretamente esgotos no rio e que a EMBASA não tem como regularizar essa situação, pois é área de preservação permanente e com declive e caso a EMBASA regularizasse essa situação estaria incorrendo no mesmo erro do município e avalizando uma coisa ilegal, uma construção irregular, falou ainda que a COELBA por fazer as ligações está na mesma situação de avalizar uma situação irregular, falou também que o **comitê deveria deliberar para que as prefeituras evitasse que as construções fossem feitas em área de APP** e que retirasse as construções que foram feitas sem autorização, lembrou que as construções não são feitas só por pobres, já que existem estabelecimentos comerciais em área de APP com a conivência das prefeituras, reforça dizendo que o Diretor de Meio Ambiente deveria ser preso por conta de absurdos como esse, lembrou que todos falam em recuperação de rios, mas como o rio pode se recuperar com as construções irregulares, diz ainda que a CHESF tem seu papel em relação à recuperação do rio, entretanto a reponsabilidade das construções irregulares é da prefeitura que dá o alvará, solicita então que seja encaminhado documento para

COELBA e EMBASA solicitando que não se façam ligações de energia e água nessas construções, a seguir falou que a destruição da mata ciliar tem contribuído para a redução do fluxo de água e que a baronesa cresce de duas maneiras, sendo uma por conta dos esgotos e outra pela quantidade pequena de água que decorre da destruição da mata ciliar, alerta que se precisa ir a raízes da questão e que as prefeituras tem que rever essa questão das construções irregulares, finaliza informando que o GERC vai fazer um seminário em Jequié no segundo semestre com o tema "*recuperar o rio das Contas, abrace essa ideia*" e que gostaria de contar com o apoio do comitê. Em seguida foi a vez do Prof. Ricardo Jucá Chaves da UESB fazer suas considerações, onde começou falando que o problema da baronesa não é um problema só de Jequié, nem do Brasil e sim um problema mundial e que tem contato com grupos de pesquisas no exterior que vem lutando contra esses problemas, disse que a luta é inglória, pois retirar baronesa do rio é um paliativo e fica caro, lembrou ainda que de 6 a 7 semanas a massa de baronesas pode dobrar se as condições forem favoráveis como água parada, adubos químicos e lançamentos de esgotos, falou que em um hectare de água chega a produzir 480 toneladas de hidro massa por ano e falou que a ***eichhornia crassipes*** gosta de muita água e muitos nutrientes, falou que o esgoto mesmo tratado é adubo para essas plantas, lembrando o problema não é tão simples e que concorda com Domingos quando diz que se devem controlar os efluentes, até por que é uma questão de saúde pública, já que os efluentes estão ligados a doenças veiculadas pela água, disse também que o problema da ***eichhornia*** deve envolver o esforço coletivo de ações para recuperar a função hídrica do Rio das Contas, de modo que tenha um volume de água grande e correntes hídricas suficiente para arrastar essas baronesas de forma contínua, lembrou que a ***eichhornia*** não é daqui da região e sim do Brasil Central e já está espalhada pelo mundo, provavelmente com interesse de pesquisa que apontava que ela retirava metais pesados da água, salientou também que a baronesa presta um serviço ecológico pois ajuda a limpar o rio retirando esgotos em forma de biomassa vegetal, além de beneficiar outras espécies como insetos, microrganismos, invertebrados. Continuando falou que os reservatórios servem também para proliferação, no entanto não considera a CHESF como a grande vilã do problema já que ela herdou um problema decorrente da construção dos reservatórios que são ambientes de água paradas, sugeriu que a CHESF poderia ajudar na remoção mecânica das plantas, embora seja apenas um paliativo, pois a luta é inglória, ainda aponta um caminho para a solução do problema, como a recuperação da mata ciliar, tentar refazer o regime hídrico do rio, recuperação das áreas degradadas próximas as nascentes nas regiões mais altas da bacia, já que essas áreas tinham uma função hídrica e que vinha mantendo o volume regular de água durante o ano, diz ainda que dificilmente vamos terminar essa discussão até o final do século e finaliza informando que no site do Instituto Biológico de São Paulo tem o levantamento das espécies de macrófitas e algumas as soluções de controle, e como solução refletiva que recomenda a "*diminuição da eutrofização dos rios e lagos*". Continuando com o debate a Sra. Vera Maria Weieand da prefeitura de Itacaré manifestou-se pedindo apoio ao CBHRC, para deliberar sobre o assunto, questionando ainda que o maior prejudicado com as plantas aquáticas é o município de Itacaré. Em seguida o foi a vez do Sr. José Antônio, representante da prefeitura de Ibirapitanga, Antônio se disse contemplado com as colocações do Prof. Ricardo da UESB, pois traduzia tudo o que ele iria falar em termos de problemas, no entanto a solução do problema ele iria mostrar quando falasse do **programa produtor de água** do município de Ibirapitanga, onde vai falar sobre pagamento por serviços ambientais e recuperação e preservação de nascentes, disse ainda que achava pertinente que a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR) estivesse na discussão do problema das baronesas, pois passa também pela questão do saneamento básico, informou que soluções para revitalização de rios existem, como o projeto produtor de água e que essa seria também uma das soluções para revitalização da Bacia do Rio das Contas, concluiu dizendo que existe o projeto

para revitalização do Rio Oricó afluente do rio das Contas. Em seguida o Sr. Paulo Lima representante da CHESF e gestor de operação das usinas de funil e pedras, disse que Pedras é usina de reservatório que tem bacia para acumulação de água e funil é uma usina a fio d'água, por isso a água que chega vai sair, disse que a CHESF não produz poluição e sim energia elétrica, e o que chega às barragens não é responsabilidade da CHESF, falou que a baronesa que a CHESF solta no rio das Contas e que chega até Ubaitaba é a aquelas do período de cheia, reforçou ainda que nos três anos que opera as usinas, só agora em fevereiro teve que liberar água soltando 300 m³/s, falou que as baronesas são prejudiciais a geração e a barragem e que em condições normais as baronesas não passam pelas máquinas, pois podem danifica-las, além do que a usina possui grande de retenção, só descendo baronesas no período de cheia, e que o problema tem de acabar na raiz, verificando de onde vem à poluição, e completou dizendo que a CHESF é vitima dessa água que tá vindo com poluição lá de cima, já pelo que sabe nenhuma cidade abaixo de Jequié tem controle de esgotos sanitários, Paulo finaliza sua intervenção dizendo que a CHESF é vitima e não a causadora do problema. Após as intervenções, Aurelino teceu elogios a todos os cinco depoimentos, dizendo ser riquíssimos e que a discussão é para 100 a 200 anos, **sendo difícil e complicado o comitê resolver isso hoje**, falou ainda que nos cinco depoimentos apresentado hoje foi abordada toda a problemática e que o comitê tem que tomar uma posição do que fazer, do que cobrar e **não uma solução definitiva.** Aurelino lembrou que essa era a terceira reunião do comitê que vem discutindo essa problemática, no entanto, alguns interessados não estão vindos, por isso Aurelino propôs a plenária acionar o ministério público, tanto o Estadual, quanto o Federal para convocar todos os envolvidos em uma mesa redonda e propor ações para minimizar o problema das baronesas, esse seria o compromisso assumido pelo comitê. Dando continuidade foi aberto o espaço para perguntas e questionamentos, onde Maurílio do INEMA fez algumas considerações, dizendo que tem participado das discussões sobre baronesas desde o seu inicio em Ubatã e que de lá foi levada para Itacaré onde teve uma discussão bastante acalorada. Nessa reunião, o representante da CHESF fez uma explanação muito boa, e que o Prof. Ricardo Jucá sabiamente complementou aqui hoje ao falar que a Baronesa é uma planta de difícil controle, reforçou dizendo que estamos diante de um quadro desolador, como se não houvesse jeito, pois não vê medidas para resolver o problema em curto prazo, ressaltou que mesmo com esgotos tratados ainda teremos fosfatos e nitrogênio sendo lançados e que esses produtos são nutrientes que a planta precisa, reafirma que a questão não passa só pelo tratamento dos esgotos, e pergunta qual a solução que se vê com essa situação? Lembrou que na reunião de Itacaré o representante da CHESF deixou claro em sua apresentação que quando quebradas as baronesas se reproduzem rapidamente, o que é um problema, disse que ainda temos a questão de hábito da sociedade, pois usamos produtos domésticos com ingredientes fosfatados e nitrogenados e pergunta de que forma vamos diminuir isso? Disse que a questão envolve muito debate e podemos chegar ao máximo a um paliativo para resolver o problema principalmente dos municípios de Ubaitaba e Itacaré que são atingidos com mais intensidade, em sequencia pergunta novamente qual será esse paliativo? Finaliza dizendo que nós, a sociedade, estamos continuamente alimentando os rios com nitrogênio e fosforo e que na reunião em que os ministérios públicos vão participar/intermediar, devemos apresentar propostas concretas, inclusive questionando o que pode ser feito. Na sequencia, Maurício a título de informação perguntou a Paulo da CHESF por que ao invés de UHE funil é PCH, no Paulo responde que Funil sempre foi PCH e que não é uma coisa nova não, que é costume chama Usina Hidroelétrica (UHE), mas na realidade é uma PCH e que a CHESF é geração e transmissão e que o pessoal da transmissão considera funil uma UHE, falou que PCH significa Pequena Central Elétrica e que essa denominação é em função da potência da usina e que a CHESF é a maior empresa de geração de energia elétrica do Brasil, em seguida Maurício disse que a pergunta feita

estava ligada as PCHs que estão querendo instalar no rio Gongogi e Contas. O presidente deu um intervalo de 10 minutos e retomou falando da deliberação do comitê sobre a problemática das baronesas, e sugeriu então uma deliberação que contemplasse também a ideia de Maurílio, pois além de solicitar que os ministérios públicos (Estadual e Federal) convocar para uma reunião todos os interessados no problema, é preciso como foi sugerido por Maurílio que nessa reunião se apresentem também propostas e/ou soluções para o problema das baronesas, falou então que algumas opiniões/soluções poderiam ser estudadas e que acionaria técnicos e professores como o prof. Ricardo, bem como outros pesquisadores para ajudar na solução, em seguida Aurelino perguntou se tinha mais alguma proposta para ser contemplada na deliberação antes da votação, como não houve manifestação, foi colocada em votação e aprovada a seguinte proposta de deliberação: "*convocação pelos ministérios públicos - Estadual e Federal para todos os interessados no problema da baronesa, e que na reunião apresentem propostas e/ou soluções, para resolução do problema, como também termos de compromisso com ações pactuadas*". Após aprovação Aurelino ressaltou que essa discussão vai continuar em outra oportunidade, com outros atores, com mais gente envolvida, na sequência, Alvina da EMBASA se manifestou dizendo que nessa reunião não poderia focar só a questão das baronesas, pois tem também a questão de saúde, Aurelino esclareceu dizendo que era aquilo que Maurílio colocou e que antes de ser aprovada a deliberação vai ser encaminhada para contribuições e que todos em conjunto vão fazer a deliberação, inclusive colocando opiniões e soluções. Encerrado o ponto de pauta V, o presidente do Comitê Aurelino deu iniciou ao **VI ponto da pauta - informação sobre andamento do Plano de Recurso Hídricos da Bacia do Rio das Contas – com a presença do INEMA**. O Sr. Antônio Meneses da Coordenação de Recursos Hídricos (CORHI) começou dizendo que ia passar o andamento do Plano de Bacia do Rio das Contas com foco no diagnóstico, e que iria fazer inicialmente um breve histórico. Antônio começou informando que do dia 17.10.14 o Consórcio Águas da Bahia entregou a 1ª versão do diagnóstico, menos de um mês depois, que em 07.11.14 INEMA emite seu parecer de N° 15/2014 não aprovando o diagnóstico, em 11.11.14 aconteceu uma Reunião Gerencial no INEMA em Salvador em decorrência do parecer que o INEMA emitiu, nessa reunião estavam técnicos do INEMA e consultor de hidrologia, na data de 18.11.14 ocorreu em Jequié a III Reunião de Andamento das Atividades (RAA) com as Câmaras Técnicas, o INEMA e o Consórcio, nessa reunião foi discutida questões do diagnóstico, já em 2015 em 23 e 24.04.15 o Consórcio fez uma apresentação no INEMA em Salvador da 2ª versão do diagnóstico integrado, sendo dois dias de debate entre a equipe do INEMA e o pessoal do Consórcio. Após o breve histórico do diagnostico, Antônio falou que atualmente o trabalho do plano estava na fase de análise da segunda versão do diagnóstico, e que provavelmente na 2ª quinzena de junho o parecer ficaria pronto, ressaltou que o INEMA tem toda uma equipe para analisar o plano, sendo essa equipe composta por hidrólogos, geólogos, biólogos, engenheiros, mostrou ainda o registro fotográfico da reunião com o Consórcio em Salvador, e disse que dentro da equipe do INEMA ele é responsável pela sistematização das informações e finalização do parecer técnico, e por conta disso tem acompanhado as reuniões do comitê, sendo que para essa reunião plenária, selecionou três pontos considerados importantes e cruciais retirados do parecer e que trouxe para ser apresentado, sendo eles: **1**- Não atendimento a itens do termo de referencia da licitação; **2** – Dados apresentados para o meio biótico iguais aos apresentados para os diagnósticos dos planos de Recursos Hídricos das bacias Hidrográficas do Leste e Recôncavo Sul; **3** – Dados superestimados para as demandas de água do setor industrial e de irrigação, que compromete o cálculo do Balanço Hídrico. Ao final da apresentação, Antônio ressaltou que esses pontos sinalizados estão sendo analisados pelos técnicos do INEMA e que a partir da semana que vem deve ser emitido o parecer técnico. Antes de abrir espaço para perguntas e questionamentos,

Aurelino se pronunciou querendo saber se o INEMA vai aprovar o diagnóstico dessa forma como foi feito, Antônio disse que são pontos complicados para uma aprovação, mas que não poderia responder agora, pois trabalha em equipe e que a equipe vai se reunir na próxima semana antes de emitir um parecer final, e reforçou que o que foi mostrado estava sinalizando para o que pode acontecer. Aberto a perguntas, Zé Carlos demonstrou preocupação em relação ao saneamento urbano, e se são previstas no Plano de Bacia as instalações das hidroelétricas particulares, pois o volume de água que chega aqui vem do rio Gongogi e Oricó que fornece água para Ubaitaba e Aurelino Leal, pois estão prevista duas hidroelétricas uma no rio de Contas e outra no rio Gongogi, e quer saber como está essa questão e qual o impacto ambiental que pode ser provocado, quis saber também se no plano de bacia tem alguma coisa em relação a essas barragens. Antônio responde inicialmente que a questão dos impactos ele não pode passar informação que não tem, pois faz parte da Diretoria de Águas, diz ainda que o consorcio águas da bacia deve trabalhar todas essas questões no plano, mas caso existam pontos para adendo no plano pede para ser encaminhado para o comitê e aí que a gente vai analisar criteriosamente, em seguida Alvina pergunta qual a próxima etapa do plano, caso seja aprovado diagnóstico, Antônio então diz que a próxima fase é o prognóstico e pede então a Maurílio para complementar, já que vem também trabalhando com o plano. Antes do esclarecimento de Maurílio, Aurelino reforça o pedido de Antônio e anuncia que Maurílio como coordenador da Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos vai fazer uma explanação sobre o plano. Maurílio começa se mostrando surpreso com as informações apresentadas por Antônio e diz que vai falar não como INEMA e sim como coordenador da câmara técnica, diz que o diagnóstico também está em fase de análise pelas duas câmaras de Plano e de Educação Ambiental e que se sente entristecido com o que foi apresentado, pois a câmara fez sua análise e emitiu um parecer de vinte e nove (29) páginas, com várias questões, um parecer bem claro para que se fosse feitas as correções, inclusive alguns pontos levantados sobre dados de outras bacias também constam no nosso parecer, e que a câmara vai analisar essa segunda versão pontualmente, disse ainda que a essa altura o plano já deveria estar concluído, pois se trata do principal documento do comitê de bacia, fala que é o plano que vai nortear as ações, intervenções e investimentos na bacia, cita ainda a fala de Zé Carlos dizendo que as barragens devem estar contidas nesse plano, senão não faz sentido ter um plano de bacia onde as barragens não aparecem, ressaltou que na primeira versão do diagnóstico não aparece barragens para geração de energia, e que as câmaras técnicas de plano e de educação ambiental tem feito as reuniões em conjunto e que se o diagnóstico não estiver a contento não será aprovado, lamentou ainda que o plano já tem mais de dois anos em execução e que tem muita fase pela frente, disse ainda que o plano tem cinco fases, e que a primeira fase (**plano de trabalho**) foi aprovada com ressalvas, a segunda fase (**diagnóstico integrado**) ainda estar nessa discussão e análise, e que o diagnóstico tem que mostrar o retrato da bacia, retratar o mais fiel possível como é a bacia do Rio das Contas, diz ainda que tem pela frente o **prognóstico**, as **diretrizes** e a proposta de **enquadramento dos corpos d'água**, fala ainda que a concepção do plano é participativa, pois além das câmaras técnicas e comitê que acompanham mais de perto, já teve as oficinas e tá previsto três consultas públicas uma para discutir o diagnóstico, outra para o prognóstico e a terceira para as diretrizes, inclusive tá previsto para Ubaitaba uma consulta pública, finaliza dizendo que o diagnóstico deve ser bem feito, não podendo ser de qualquer jeito. Na sequência Aurelino perguntou se havia alguma pergunta, o Sr. Francisco Carlos da UESC abordou que na apresentação de Antônio foi identificada uma superestimação das demandas, no entanto queria saber se não oferta tinha sido aceita, aprovada, Antônio então esclareceu que o balanço hídrico é estar comprometido com essa demanda superestimada e que não tinha detalhes da oferta, pois quem faz análise é o setor de hidrologia, finaliza reiterando o que Maurílio falou, dizendo que a equipe técnica do INEMA tá fazendo uma análise detalhada e

que se não estiver de acordo será indeferido. Finalizado esse ponto da pauta, foi dado continuidade, com o presidente do comitê fazendo a leitura do **VII ponto da pauta - apresentação e interação do ZEE - Zoneamento Ecológico Econômico do Estado da Bahia (ZEE-BA) na bacia hidrográfica do Rio das Contas, com relação aos recursos hídricos - com a presença da SEMA**, em seguida convidou a Sra. Eva Dayana O. R. Lopes para falar sobre o tema. Eva Dayana fez um panorama da construção do ZEE, e iniciou dizendo que o objetivo da apresentação é mostrar o um pouco do ZEE, falou que o zoneamento é um instrumento de planejamento e ordenamento territorial que visa nortear politicas públicas e projetos, orientando agentes públicos e privados que utilizam recursos naturais e que impacta o meio ambiente, sendo o ZEE voltado para o desenvolvimento socioeconômico. Disse que o decreto divide o ZEE em zonas, e que essas zonas têm convergências econômicas, sociais e ambientais, informou que o território da Bahia tem 36 zonas e que para caracterizar essas zonas vários estudos foram elaborados baseados em vulnerabilidades (natural, social, qualidade ambiental, áreas relevantes para conservação), potencialidades e limitações. Na apresentação fez uma síntese de alguns objetivos do ZEE, como a definição de zonas com características sociais e econômicas, indicação de prioridade de conservação e sustentabilidade da biodiversidade e o banco de dados georeferenciado para apoio as questões territoriais, falou também que a base legal para o ZEE remota desde 1981 com a Politica Nacional do Meio Ambiente, sendo reforçada por várias outras legislações inclusive o Código Florestal. Eva traçou uma linha do tempo, dizendo que existia uma expectativa e necessidade do zoneamento e que em 2009 foi feito um termo de referencia e o consórcio vencedor foi fazendo os estudos e apresentando para a secretaria validar, já no período de 2010 a 2013 foram dados os fluxos e elaborados os projetos, sendo que em 2012 foi criado o grupo de trabalho com a SEPLAN (secretaria do planejamento), SEI (superintendência de estudos sociais e econômicos), SEMA (secretarias do meio ambiente) e INEMA (instituto do meio ambiente e recursos hídricos) para supervisão dos trabalhos do consórcio, disse ainda que o ZEE não é um processo finalístico, e à medida que novos planos de formação vão sendo feitos eles serão incorporados, e o zoneamento atualizado, como exemplo citou o mapeamento de cobertura vegetal do estado, os planos de bacia, lista de espécies, áreas prioritárias para conservação, o inventário florestal, e outros, disse ainda que todos esses planos ajudam a melhorar o ZEE que hoje é considerado o marco zero. Falou ainda que o grupo de trabalho em novembro de 2013 fez audiências públicas para melhorar o ZEE e depois disso teve uma rodada de debate com o Mistério Público, Academias e ONG para aprimoramento, sendo depois realizadas novas audiências como o objetivo de apresentar o ZEE para contribuição da sociedade. Continuando Eva falou que a RPGA do Rio das Contas tem 12 zonas inseridas e destacou a zona 27 (planaltos e serras pré-litorânea) por englobar o município de Ubaitaba, ressaltou que esse documento da zona 27 ainda não estar pronto, que não é um documento final, pois não foi ainda validado pela comissão, é apenas uma síntese de tudo que vem pegando nas escutas e audiências em relação a essa zona, falou ainda que cada zona tem em média vinte e cinco diretrizes (25), e que na zona 27 tem três diretrizes relacionadas a recursos hídricos, a saber: **1**- Implantar programa de **monitoramento de água superficial e subterrânea**, inclusive da cunha salina; **2** – Fomentar politica de reconhecimento para povos e comunidades tradicionais, que promova acesso a terra, **água de boa qualidade**, assistência técnica e extensão rural orientando e orientado adequados ao modo de vida e produção; **3** – promover o desenvolvimento socioeconômico diversificado, desconcentrado, compatibilizando atividades agropecuárias e agro industriais, a conservação da biodiversidade e do patrimônio cultural e material e a manutenção dos serviços ambientais, especialmente a **disponibilidade hídrica** e a inclusão social. Dando seguimento, Eva fez a leitura do estrato da zona 27 e como **potencialidades** citou a produção de dendê para biodiesel, o turismo e a exploração de barita,

níquel e rochas ornamentais, como **atividades em expansão** citou a cultura do cacau, o beneficiamento da atividade agropecuária, a fruticultura e serviços industriais, como **limitação** apresentou os dados de 77,1% de vulnerabilidade a erosão e 26% com vulnerabilidade hídrica, considerada muito alta. Eva conclui a apresentação dizendo que estão finalizando a revisando desses produtos para disponibilizar o mais atual possível, e que o ZEE é para trazer essas informações para ajudar na tomada de decisão. Aurelino então abre o rol de perguntas e questionamentos com o Prof. Ricardo Jucá querendo saber se no modelo de diretrizes, cenários do ZEE foi incluída a questão das mudanças climáticas, Eva responde que acha que sim. Domingos Ailton pergunta sobre os critérios utilizados para áreas de relevância para unidades de conservação, Eva responde que foi feita uma avaliação da biodiversidade usando uma serie de fatores, na sequencia Maurilio pergunta se a Assembleia Legislativa precisa aprovar o ZEE, Eva diz que sim, que precisa de aprovação, mas não encaminhou ainda que tá finalizando as diretrizes e que o projeto-de-lei do zoneamento passa antes pela assessoria jurídica e depois para o ministério público. Encerrado esse item da pauta, e dando continuidade a XVII Reunião Plenária, Aurelino convida o Sr. José Antônio da prefeitura de Ibirapitanga para iniciar o **VIII ponto da pauta**, apesentando **o projeto produtor de água do Rio Oricó, experiência sucedida no município de Ibirapitanga/Ba, através da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente**. O Sr. José Antônio inicia a apresentação dizendo que veio falar sobre o Programa Produtor de Água e do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e que o pagamento por serviços ambientais é a remuneração do produtor pelos serviços que ele presta, disse que nossas leis são determinantes e punitivas para quem comete transgressão, e pouco estimulante para quem preserva, diz que a sociedade tem que internalizar que a pessoa que preserva uma área, uma nascente é um serviço que ele presta e tem que ser pago, e é isso que vem sendo feito na APA do Pratigi no município de Ibirapitanga, onde aquele produtor que tem sua nascente, topo de morro preservado e mata ciliar preservada ele recebe por isso, citou como caso particular a lavoura cacaueira, se referindo que a sociedade não internalizou ainda a importância da lavoura cacaueira para a nossa vida, e que os agricultores não tem mais assistência, que são pressionados pelas instituições bancárias e corre o risco de perder a propriedade, falou também que o produtor de cacau não estar devendo nada a ninguém, na verdade ele tem que receber pelos serviços que ele presta a sociedade, e que muita gente dá valor a outras culturas como a soja por que contribui para o equilíbrio da balança comercial, no entanto não observa quanto danoso é o plantio de soja. Fala dos parceiros do programa produtor de água como a OCT que tem parceira na APA Pratigi, a Fundação Boticário, o Banco do Brasil e Agência Nacional de Águas (ANA), revela que recentemente consegui captar 400 mil da ANA para aplicação no programa de conservação e recuperação de nascentes e que atualmente estão disputando um edital de três milhões de reais do BNDES para adequação ambiental das propriedades rurais. Diz que para participar do programa, é feita uma seleção de agricultores, sendo em seguida feito um planejamento integrado da propriedade com a adequação ambiental, a partir daí é feito a valoração das nascentes e ele recebe pelo fato de tá preservando a nascente, ressalta que o pagamento é através de dinheiro, no entanto são feitas outras ações como saneamento e orientações agrícolas ao produtor. Finaliza sua apresentação lamentando o curto tempo para mostrar tanta coisa e pedindo uma nova oportunidade para falar com mais calma. Em seguida, o presidente do comitê Aurelino Barros abriu espaço para perguntas e questionamentos, com Alvina da EMBASA perguntando de onde vem o recurso para esse programa, Zé Carlos respondeu que vem basicamente da Agência Nacional de Águas que lançam editais, e que eles participaram no ano de 2013 pra 2014 e foram selecionados, diz que estar participando do edital do BNDES no valor de três milhões de reais, e que as primeiras ações do programa foram feitas nas cabeceiras do rio Oricó onde estamos recuperando 35 hectares de nascentes, Zé Carlos é interrompido por Domingos Ailton que

pergunta se os editais são para serviços ambientais, com Zé Carlos afirmando que sim e completa dizendo que o edital do BNDES é para adequação e regularização ambiental e que a duração do programa são três anos, diz ainda que o município para aderir ao programa tem que te uma lei de pagamento por serviços ambientais e que o pagamento envolve uma equação, no caso de Ibirapitanga a ANA entrou com 400 mil e o município com 90 mil de contrapartida. Já no final o prof. Ricardo questiona que existe uma lei estadual que trata do pagamento por serviços ambientais, Zé Carlos diz que existe, porém não foi regulamentado ainda, finalizando esse ponto de pauta, o presidente do comitê pede desculpas a Zé Carlos pelo curto tempo e entra no **IX ponto da pauta** que são os **encaminhamentos**, sendo o primeiro encaminhamento da Sra. Ivana membra do PAPAMEL, Ivana falou que mora no município de Gongogi e disse que tem uma empresa querendo construir três PCHs no rio Gongogi e que há uns quinze dias atrás eles chegarem um dia antes na cidade e sem comunicar a sociedade civil fez uma reunião com os pescadores e com os ribeirinhos, falou que foi uma supressa para eles, já que não sabia de nada, mesmo assim eles foram até a reunião e solicitou o EIA/RIMA, no entanto nada foi indicado, com a empresa dizendo que ia mandar depois, mas até hoje não mandou. Disse que veio de Gongogi para pedir em caráter de urgência uma reunião Extraordinária do comitê em no município para a comunidade saber o motivo dessas hidroelétricas, falou ainda que os rios não suportam mais, pois as vazões são muito baixas pra três hidroelétricas, e que já existe abaixo-assinado contra a construção e que também tá colocando essas informações no e-mail *sosriogongogi* e perguntou que caso os presentes queiram participar será uma honra ir a nossa cidade e ser solidário conosco, disse ainda que serão 583 hectares de terras inundadas e finaliza fazendo um apelo para que aconteça essa reunião extraordinária no município. O presidente do comitê pediu então que Ivana fizesse uma solicitação oficial ao comitê por meio da entidade que ela faz parte, informando que deseja a realização dessa reunião e indicando o mês, o dia, a hora e o local para que o comitê possa convocar. Em seguida, Manoel Carlos questiona a Ivana se existe alguma coisa oficial, se algum processo dentro do INEMA solicitando regularização, ela afirma que sim, então Manoel diz que se existe pelo tamanho da área informada ele teria necessariamente EIA/RIMA e teria audiências públicas, perguntou ainda se ela quer pedir vista ao processo ou quer que o comitê peça, diz ainda que é preciso entender o que está solicitado nesse processo, e reforça dizendo que o comitê precisa desse documento para poder discutir. O segundo encaminhamento foi feito pelo Sr. Domingos Ailton do GERC, Domingos falou que estava encaminhando um documento para o Comitê de Bacia do Rio das Contas e também para o Ministério Público e diretamente para Secretaria de Meio Ambiente do Estado denunciando o licenciamento ambiental em Jequié por conter uma serie de irregularidades, tais como: **1**-licenciando de supressão de vegetação em APP; **2**-não tem capacidade técnica e administrativa interdisciplinar para o licenciamento, controle e fiscalização das infrações ambientais de empreendimentos de acordo com a complexidade da sua opção – não tem equipe técnica concursada que possa estar acompanhando esse processo de licenciamento; **3**-não tem conselho municipal de meio ambiente em funcionamento; **4**-não possui controle social do processo de licenciamento – a sociedade civil e a universidade não tem acesso aos processos; **5**-não tem fundo municipal do meio ambiente constituído; **6**- desrespeito o Plano Diretor Municipal ao licenciar empreendimentos em locais inadequados - postos de gasolinas. Afirma que tais procedimentos contraria a resolução CEPRAM 3925/09 que dispõe sobre o Programa Estadual Ambiental Compartilhada, diz ainda que em novembro de dois e doze foi encaminhado documento pela Secretaria de Agricultura de Jequié a SEMA solicitando o encerramento do processo de licenciamento ambiental de Jequié devido ao Conselho Municipal de Meio Ambiente não está em funcionamento, questiona então qual a base legal para o município voltar a praticar o licenciamento ambiental? Finaliza o encaminhamento solicitando ao comitê que

encaminhe a SEMA uma representação pedindo a **suspensão imediata do convênio de Gestão Compartilhada que tá irregular, entre o Estado da Bahia e a Prefeitura de Jequié**. Manoel Carlos, a título de esclarecimento comentou que a prefeitura é autorizada pelo CEPRAM e que autoriza mediante um quadro mínimo de funcionários, especialistas, e que a prefeitura tem de comprovar, questionou ainda se a portaria que autorizava o licenciamento tinha sido revogada mesmo, e lembrou que em Jequié tem uma unidade do INEMA e que a unidade não ia permitir que a prefeitura licenciasse se ela não estivesse regular, finaliza dizendo que todos os processos de licenciamentos são públicos. Aurelino então pergunta se todos acatam o encaminhamento, sendo sim a resposta. Ricardo suscitou uma dúvida, pois devidos às irregularidades apontados por Domingos, isso não deveria ser denunciado ao Ministério Público, e não fazer cobrança a Secretaria de Meio Ambiente do Estado, em seguida Maurílio sugere que antes de encaminhar para a SEMA o comitê deve solicitar informações da prefeitura sobre o funcionamento do conselho municipal, e finaliza dizendo que pedir a SEMA pra suspender a gestão compartilhada tá fora das funções do comitê. **CONSIDERAÇÕES FINAIS.** Com a palavra final, o Sr.° Aurelino Presidente do CBHRC agradeceu à presença de todos. Ficou confirmado que a XVIII Reunião Plenária Ordinária do CBHRC, será realizada no município de Jussiape – Bahia, no dia 20 de Agosto de 2015, quinta-feira, a partir das 08h30min. Nada mais havendo a registrar, o Presidente Sr. Aurelino Barros Meira e a Secretário ad hoc Sr. Maurílio Fernandes Neto, agradeceram a todos pela participação na XVII Reunião Plenária Ordinária do CBHRC, dando por encerrada a reunião, às 14 horas e 30 minutos do dia 11 de junho de 2015, tendo sido lavrada a presente ata que será encaminhada para todos os presentes e após lida e aprovada será assinada por mim, Maurílio Fernandes Neto, secretário ad hoc, por Aurelino Barros Meira, Presidente do CBHRC e demais presentes.

Ubaitaba/BA, 11 de junho de 2015.

Maurílio Fernandes Neto
Secretário ad hoc CBHRC

Aurelino Barros Meira
Presidente CBHRC